



MEC/IBC/DTE/DDI
ANO II
NÚMERO 14
JAN/FEV 2016

BOLETIM

Centro de Estudos e Pesquisas do Instituto Benjamin Constant

Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação

Nosso entrevistado desta edição do “**Trocando ideias**” é o professor de Educação Física do IBC, Paulo Sérgio Miranda, que deixa clara a importância dos esportes na recuperação e (re)tomada da autoconfiança das pessoas com deficiência visual. O professor Paulo Sérgio fala também sobre cada uma das modalidades praticadas pelos alunos desportistas do IBC e das possibilidades destes atletas nas próximas paralympíadas. A seguir, na coluna “**Saiba mais**”, uma série de artigos de pesquisadores sobre o tema da entrevista do “Trocando ideias” é apresentada.

Na coluna “**E no IBC**”, confira quais as pesquisas em andamento.

Não deixe de ler “**O que há de novo?**”, se você quer ficar a par sobre as últimas novidades tecnológicas para pessoas com deficiência visual.

O “**Conhecendo o IBC**” é para os que desejam saber como funcionam as várias divisões dentro de cada departamento. Nesta edição, conheça melhor o DED e nas próximas edições, suas divisões: DEN, DAE e DAL.

Contribua com comentários, sugestões e divulgações, utilizando o “**Espaço do Leitor**”. Participe!

TROCANDO IDEIAS

O IBC NAS PARALIMPÍADAS: CONQUISTAS DO CORPO E DA MENTE

Já que estamos no início de um ano paralímpico, convidamos o professor do IBC, Paulo Sérgio Miranda para prestar esclarecimentos sobre alguns dos esportes paralímpicos por sua grande experiência na área de Educação Física em esportes adaptados. Nosso entrevistado, Paulo Sérgio Miranda, é graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (1979), tendo se especializado em Educação Especial pela mesma universidade visando ao ensino de Educação Física. Além disso, possui também especialização em Orientação e Mobilidade pelo CENESP-UFRJ (1981).

Vejamos o que ele tem a nos dizer:

1. Qual o perfil dos alunos que praticam esportes de alto rendimento no IBC?

Os alunos que têm interesse em praticar esportes, primeiramente, entram na ESCOLINHA, onde se dá sua iniciação esportiva. Esses alunos iniciantes são observados e é feita uma análise de suas potencialidades para tornarem-se atletas de alto rendimento.

Dependendo da modalidade, certos aspectos são considerados importantes, mas não necessariamente essenciais, para o desenvolvimento dos futuros atletas. De um modo geral, é desejável que tenham boa estatura, força, boa massa muscular, agilidade e muita força de vontade.

Um judoca, por exemplo, não necessita ser alto, mas deve demonstrar boa técnica e ter boa massa muscular. Já o goalball e o futebol de 5 demandam boa orientação espacial e uma audição desenvolvida devido à complexidade dos esportes. Existem muitos fatores relacionados a ruídos e vozes. São os chamados técnicos, juízes, público, etc. Durante uma partida que requerem dos jogadores grande concentração e acuidade auditiva para se saírem bem em quadra. No goalball, como o gol tem a mesma largura da quadra (9 m), se os jogadores forem ágeis e altos as chances de protegerem o gol aumentam.

Na natação e no atletismo, a altura também é um fator, que se for bem aproveitado, pode trazer vantagem para o atleta.

2. Como a prática esportiva auxilia o desenvolvimento global (bio-psico-pedagógico-social) desses alunos?

O trabalho realizado pela Educação Física e no Esporte é de extrema importância para o deficiente visual auxiliando na independência, melhoria da autoestima e orientação e mobilidade. A limitação que a deficiência impõe causa medo e desconfiança. Devolver a autoconfiança a essas pessoas é um dos desafios dos professores e dos outros profissionais que lidam com eles nesse processo de reabilitação. Passar segurança e fazer com que confiem em quem os treina é vital. Só assim é possível realizar esse trabalho que requer muita dedicação e cuidado. Com o tempo, esse bloqueio a situações e ambientes novos vai sendo quebrado. O deficiente começa a recuperar gradativamente a confiança em relação ao ambiente que ele outrora dominava, ou mesmo, passa a acreditar que é capaz de superar obstáculos, acreditando em suas potencialidades. Orientação e mobilidade para aqueles que ficaram cegos por acidente ou doenças são fatores de grande importância para a retomada da autonomia e confiança em sua capacidade para alcançar seus objetivos. A Educação Física e o Esporte dão sua contribuição global no desenvolvimento dos vários fatores necessários a reabilitação dessas pessoas de uma forma mais fácil.

3. Existe alguma especificidade na prática de judô para pessoas com cegueira e baixa visão?

De um modo geral, não há grandes diferenças. Como no judô convencional, ambos devem pertencer à mesma categoria. Pode haver diferença entre a altura dos lutadores, mas devem ser da mesma categoria de peso. O lutador cego tem um círculo vermelho na manga de seu quimono para ser identificado como B1 (Blind 1, ou cego total) pelo juiz. A diferença que há na luta entre pessoas com deficiência visual é que ambos os lutadores, no início da luta, são autorizados pelo juiz a agarrarem o quimono do oponente, diferentemente do judô convencional, quando no início da luta, eles mantêm a distância para então, tentar agarrar o quimono do adversário.

4. Em que se fundamenta a criação do goalball como esporte específico para pessoas cegas?

O goalball foi criado na época da guerra visando reabilitar os soldados que sofreram lesões oculares. A necessidade de fazer com que eles se movimentassem levou dois professores, um austríaco e outro alemão, a criarem esse esporte. A quadra do goalball é do mesmo tamanho de uma quadra de vôlei, 9m por 18m, com regras próprias. A bola possui guizos para que o atleta possa saber onde está sendo arremessada.

O goalball teve grande aceitação entre os deficientes visuais em escolas e clubes. É um dos esportes que mais cresce. A primeira participação em jogos para-límpicos aconteceu em 1984, quando se deu a primeira participação de atletas com deficiência visual.

5. Quais são as particularidades do futebol de 5 no que diz respeito ao espaço do campo, à organização e movimentação dos jogadores e às regras?

São quatro jogadores cegos, todos igualmente vendados com óculos opacos para garantir que a competição seja em pé de igualdade, e um goleiro com visão normal. Durante o treinamento, o técnico determina o posicionamento de cada um desses quatro jogadores, na quadra. Não existe lateral, mas sim uma banda em cima da linha lateral, que impede que a bola saia. Ainda que a bola bata ali, o jogo continua em andamento. Existe o chamador que fica atrás do gol do oponente. Ele tem a função de orientar o chute na direção do gol adversário. Ou seja, o chamador orienta o ataque. O goleiro do time adversário também fala durante o jogo para orientar os jogadores do seu time na defesa do seu gol. Além deles, os técnicos, que ficam nas laterais, na altura do meio da quadra, também dão suas orientações. Todas as vezes que um dos jogadores vai tirar a bola dos pés do oponente, ele precisa avisar dizendo “voy” (Vou). Se o jogador não disser “voy” antes de tentar impedir a jogada, ele é penalizado. A complexidade a qual nos referimos anteriormente se dá justamente por conta de todos esses ruídos (jogadores, bola, técnicos, chamadores, goleiros, além do público, é claro).

6. Como o nadador cego ou com baixa visão se orienta na piscina e em mar aberto?

O treinamento é basicamente o mesmo de pessoas sem deficiência visual. Na piscina, o nadador pode desviar um pouco dentro da raia, ou até mesmo, encostar-se a ela. Para alertar sobre a aproximação da borda e com isso evitar um acidente, existe a figura do tapper. Os tappers são pessoas que ficam nas bordas da piscina, segurando uma vara com uma bola de isopor na ponta, para tocarem com ela a cabeça ou as costas do nadador. Este sinal indica a virada ou chegada. Todos os nadadores cegos (B1) têm seus olhos vendados com óculos tamponados, opacos, para dar iguais condições a todos os competidores, já que um nadador cego, que tenha a percepção de claro-escuro, poderia tirar vantagem ao ver a linha preta no fundo da piscina. Os nadadores de baixa visão (B2 ou B3) usam óculos normais e têm treinamento igual aos nadadores de visão normal. Em mar aberto, existe o guia que nada de pé de pato ao lado do nadador cego (B1). A função dele é alertar o atleta quando este estiver se desviando da rota. Nadadores de baixa visão



(B2) também podem requisitar um guia, caso desejem.

7. Como acontece a relação entre o atleta e seu guia na prática do atletismo?

A relação entre o guia e o atleta deve ser a mais coesa possível. Eles convivem o tempo todo. O guia e o atleta treinam juntos, depois do treino continuam juntos, o guia auxilia o atleta no que é preciso. Esse convívio permite que o guia possa observar o atleta todo o tempo. O guia acaba por conhecer todas as nuances do atleta, como por exemplo, sua perna de impulsão, se ele prefere correr mais de um lado que de outro, etc. Todos esses detalhes são importantes para trazer mais confiança e tranquilidade para o atleta. Quando procuramos um guia para nossos atletas no IBC, dizemos o tempo que o nosso atleta costuma fazer para sabermos se o guia é capaz de acompanhá-lo com tranquilidade. O guia precisa ser mais rápido para não prejudicar o desempenho do atleta.

8. Algum aluno/atleta do IBC participará das Para-

SAIBA MAIS

 **Pesquisadora:** Patricia Santos de Oliveira.

Título: Avaliação do Esquema Corporal em Crianças com Cegueira Congênita: Um Estudo Exploratório - 01/02/2011

Tipo de pesquisa: Mestrado Acadêmico em Educação Especial

Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O esquema corporal é importante ao desenvolvimento humano, uma vez que o corpo é o centro de integração e relacionamento com o mundo. A criança com cegueira, quando não estimulada adequadamente, poderá apresentar alterações relacionadas à estruturação do esquema corporal. Assim, uma avaliação precoce, que possibilite o diagnóstico de alterações relacionadas ao desenvolvimento psicomotor da criança, é de grande importância.

Diversos instrumentos avaliam o esquema corporal, no entanto, a maioria, utiliza-se de informações visuais dificilmente compreendidas pela criança com cegueira. Assim, o objetivo do estudo foi elaborar e validar um instrumento de avaliação do esquema corporal, verificando sua adequação a crianças com cegueira. Como procedimentos metodológicos, foram selecionadas cinco crianças com idades entre 6 e 9 anos com cegueira congênita, sem outros tipos de comprometimentos associados, matriculadas em uma instituição de atendimento especializado às crianças com deficiência visual. Este estudo foi desenvolvido em três etapas, a primeira correspondeu à fase de construção

limpíadas em 2016?

No momento não sabemos, pois ainda teremos as seletivas. A convocação final ainda não saiu. Nossos atletas dependem exclusivamente das suas atuações para serem convocados.

9. Quais são as expectativas de êxito dos alunos/atletas do IBC nas Paralimpíadas e quais as perspectivas profissionais desses alunos/atletas?

No caso do judô, depende exclusivamente deles (alunos/atletas), por ser uma modalidade individual. Acredito que vamos ganhar medalhas. No caso do goalball, uma modalidade coletiva, o êxito depende de toda a equipe. Acredito que tenhamos medalha também. Só não posso precisar qual cor será.

10. Há alguma outra modalidade esportiva contemplada no IBC que não tenha sido abordada nesta entrevista?

Não, todas as modalidades estão representadas aqui: futebol de 5, goalball, natação, judô e atletismo, incluindo além da corrida, salto à altura, salto à distância e arremesso de peso.

do instrumento, a segunda diz respeito ao processo de validação de conteúdo, onde o instrumento passou pela análise de um comitê formado por sete juízes, a terceira correspondeu à aplicação do instrumento. Assim, foi elaborada inicialmente uma versão do instrumento composta por quatro itens, esta versão foi enviada ao comitê o qual analisou cada item nos quesitos, clareza de linguagem, pertinência teórica, viabilidade de aplicação, e adequação ao constructo.

O item 1- Passeio pelo corpo obteve 80% de concordância; o item 2- Brincando de se vestir recebeu 70% de concordância, o item 3- Imitação de gestos 60% e o item 4- Quebra-cabeça 75%. Adotou-se como critério de permanência do item o mínimo de 80% de concordância entre os juízes, assim apenas o item 1 permaneceu como na primeira versão, o item 2 foi excluído e os itens 3 e 4 foram modificados.

Com base nas sugestões dos juízes e do índice de concordância foi elaborada uma segunda versão do instrumento composta por três itens, a qual foi aplicada em caráter de teste piloto na população descrita anteriormente. A porcentagem de acertos das cinco crianças foi de 82%, 74%, 90%, 53%, 93% respectivamente. Por meio das observações realizadas foram propostas algumas modificações relacionadas à metodologia de aplicação do teste. Diante do exposto, é possível considerar que o objetivo inicial do estudo foi alcançado uma vez que foi possível elaborar o instrumento e realizar a validade de conteúdo do mesmo verificando sua adequação a crianças com cegueira congênita.

 **Pesquisador:** Leandro Silva Vargas

Título: Pessoas com Deficiência e Esporte Adaptado: A Questão da Inclusão e da Inserção Social - 01/08/2011

Tipo de pesquisa: Doutorado em Ciências Sociais
Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo: Esta tese é fruto de uma pesquisa realizada com três grupos que praticam esporte adaptado de forma regular; ela discute, a partir de uma perspectiva etnográfica, a relação do esporte adaptado e das pessoas com deficiência com as instituições que oferecem esse tipo de modalidade esportiva. Foram avaliados os tipos de atividades esportivas oferecidas pelas instituições, quais os seus benefícios, como elas acontecem e como é o acesso das pessoas nessas instituições. Esta investigação buscou identificar os diferentes modos de percepção do trabalho desenvolvido pelos grupos que oferecem atividade esportiva adaptada, tanto na perspectiva das instituições quanto na da comunidade (dos participantes). A pesquisa também aborda a questão da acessibilidade nas ruas, no transporte coletivo e, inclusive, dentro das instituições. Além disso, mostra a importância da família para a permanência dos participantes na atividade esportiva adaptada e relata qual tem sido o papel da mídia; esta tem dado visibilidade a eles somente quando há competições, como o Parapan e a Paralimpíada, o que reforça a discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência.

 **Pesquisadora:** Grece Teles Tonini

Título: Em Busca do Tesouro Perdido: O acesso de Pessoas com Deficiência ao Lazer com Direito Social - 01/06/2011

Tipo de pesquisa: Mestrado Acadêmico em Educação Física

Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Esta dissertação teve como objetivo compreender as representações de Lazer dos atores sociais que transitam no âmbito das instituições especializadas de atendimento a pessoa com deficiência, de modo a entender se/como se estabelecem as iniciativas de educação pelo/para o Lazer, assim como apropriações deste fenômeno como Direito Social. A pesquisa foi realizada em três instituições especializadas no atendimento a este grupo, na cidade de Vitória/ES. Os sujeitos foram: os dirigentes (representantes) das instituições e as pessoas com deficiência atendidas pela mesma (ambos de forma voluntária). Para a primeira fase do estudo, foi utilizada como instrumento a entrevista semiestruturada, e para a segunda fase, o instrumento para a análise dos documentos das instituições e das ações de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL) da cidade de Vitória/ES foi um quadro de análise de conteúdo. Optou-se então

para esta pesquisa, uma metodologia de abordagem qualitativa, com utilização do método fenomenológico para as entrevistas e análise de conteúdo para todos os dados coletados. Para o alcance da proposta deste estudo, tornou-se necessária uma estrutura de referencial teórico que clareasse as discussões de um Estado que leve a uma Cidadania Plena, assim como uma discussão sobre como esta pode ser ratificada por meio dos Direitos Sociais e das Políticas Públicas. Ao situar o leitor nestas categorias, passou-se a discutir não apenas o Lazer, mas como este direito influencia no desenvolvimento do ser humano e a importância da inclusão pelo/no Lazer, assim como os meios possíveis para que isto possa ser alcançado. As análises dos dados apontam que as instituições por mais que digam se preocupar e trabalhar a cidadania, em muitos momentos não veem como sendo seu dever a educação para a apropriação do Lazer como um Direito Social, afetando assim a forma como este direito e tudo o que a cerca seja trabalhada ou não pelas mesmas. A postura muitas vezes de inércia por parte das instituições especializadas acaba por não influenciar as PPEL no que se refere a uma inclusão de forma efetiva. Pode-se perceber ainda que geralmente, a pessoa com deficiência tende a uma vivência limitada de Lazer, devido a impedimentos atitudinais, físicos, mas principalmente econômicos. A esta vivência limitada se agrega a falta de preparo dos ambientes e dos profissionais que irão recebê-los, assim como do conhecimento de seu próprio direito. As pessoas com deficiência possuem ainda uma compreensão incipiente sobre o conceito de Políticas Públicas, levando a uma visão limitada sobre o próprio direito ao Lazer e até as vivências dos mesmos, esta situação por vezes é influenciada pela visão das instituições, que percebem o Lazer como uma questão funcional ou até mesmo midiática que prega o Lazer como sinônimo do esporte de rendimento. É notória a importância de estabelecer uma educação específica na questão de direitos para além do civil, no direito que levará à participação e reivindicação do direito político e social, no qual se inclui o Lazer, e as instituições desempenham um papel fundamental neste processo, não apenas exercendo sua função como cidadãos, mas principalmente como intelectuais orgânicos da Sociedade Civil. Conclui-se que a educação deve ultrapassar os muros da escola formal, adentrando nos espaços populares de intervenção na sociedade, entre eles as instituições de atendimento as pessoas com deficiência.

 **Pesquisador:** João Danilo Batista de Oliveira

Título: A Educação Física Especial e Currículo: (In) Formação para Educação Inclusiva - 01/07/2011


Tipo de pesquisa: Doutorado em Educação

Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia

Resumo: Esta tese foi produzida junto à linha de pes-



quisa em Educação e Diversidade, Grupo de Pesquisa em Educação Inclusiva e Necessidades Educativas Especiais (GEINE), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia e se propôs a discutir os conhecimentos necessários à formação e atuação de professores de Educação Física, tendo como foco de discussão o trato com o conhecimento sobre Educação Física Especial, numa perspectiva inclusiva, junto à organização curricular dos cursos de Licenciatura em Educação Física. Buscou como objetivo geral conhecer, refletir e tecer críticas ao conhecimento produzido na área de Educação Física Especial, na perspectiva inclusiva, e ao modo como esse vem sendo abordado nos currículos de formação de professores de Educação Física. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, tendo como caso empírico de análise os currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física do Estado da Bahia. A pesquisa recorre a um levantamento teórico da produção científica recente, 2000 a 2010, da área de Educação Física Especial, através da análise dos artigos publicados em três periódicos da área, bem como a um levantamento das dissertações e teses defendidas nesse mesmo período. É feita também a análise dos currículos (projetos pedagógicos, programas e planos de cursos de disciplinas na área em estudo) de onze cursos de Licenciatura em Educação Física e entrevistas com sete professores/pesquisadores que atuam na área de Educação Física Especial nessas Instituições de Ensino Superior (IES) baianas. A pesquisa identificou que a produção científica recente na área e o trato com o conhecimento nos currículos de formação de professores enfatizam como desafio, formar professores para atuar numa perspectiva inclusiva, mas mantêm-se produzindo e tratando o conhecimento de modo a legitimar práticas segregadas, o que recomendaria a formulação do desenvolvimento de pesquisas e práticas no currículo de formação que estimulem professores e pesquisadores envolvidos com a área de Educação Física Especial a superarem as contradições e obstáculos identificados.

 **Pesquisador:** Leonardo de Carvalho Duarte

Título: Ação pedagógica de professores de Educação Física em Turmas Inclusivas - 01/10/2011

Tipo de pesquisa: Mestrado Acadêmico em Educação

Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este estudo se insere na linha de pesquisa em Educação e Diversidade do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e se propõe a discutir questões da Educação Física e da Inclusão Escolar. O estudo apresenta, inicialmente, três capítulos teóricos que trazem respectivamente, reflexões sobre o surgimento e inserção da Educação Física nas esco-


las brasileiras; reflexões sobre a Deficiência, a Inclusão e a Educação Inclusiva; e evidencia demandas da relação da área de conhecimento da Educação Física com as propostas do paradigma da Inclusão. Teve como objetivos analisar a ação pedagógica de dois professores de Educação Física em turmas inclusivas do ensino fundamental I de uma escola da rede privada de ensino na cidade de Salvador e evidenciar, como se dá a relação desses professores com as diferenças geradas, especificamente, pela presença das deficiências durante as aulas de Educação Física na escola.


Constitui-se metodologicamente como uma pesquisa do tipo qualitativa que se concretiza através da realização de um Estudo de Caso. As fontes de evidência para análise do caso foram forjadas através de 16 horas de observação direta das aulas guiadas por um roteiro de observação, entrevistas estruturadas realizadas com os dois professores, seguindo um roteiro previamente estruturado de entrevista, além da análise de documentos que compõem o trabalho pedagógico, especificamente, o projeto pedagógico e curricular da instituição e os planos das aulas observadas, elaborados e disponibilizados pelos professores. Após as observações e análises das falas e dos documentos este estudo sugere que os professores desenvolvem ações pedagógicas que favorecem a inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física.


As ações e intervenções de ambos favoreceram as interações entre as crianças com deficiência e outros sujeitos sociais (professores, crianças sem deficiência e monitores), e a criação e avanços nas Zonas de Desenvolvimento Proximal, superando as perspectivas dessa prática pedagógica/disciplinar escolar que historicamente negligenciou as diferenças. Entretanto, também identificamos que apesar de permeadas por iniciativas inclusivas essas ações dos professores, aqui apresentadas e analisadas carecem de reflexões, observações e leituras críticas.

Os documentos analisados indicaram fragilidades na preparação dos professores para trabalhar com as diferenças e perspectivas homogeneizantes do ensino. Indicamos que a concepção construtivista do ensino e da aprendizagem pode dar respostas à diversidade e as diferenças no cotidiano escolar, especialmente nas aulas de Educação Física, pela importância da relação e da interação nos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano.

Ressaltamos ainda a necessidade de novos estudos e pesquisas que tenham como foco intervenções e experimentos de inclusão nas aulas de Educação Física dentro da escola regular com o objetivo de desenvolver os subsídios para o desenvolvimento de algumas propostas de inclusão para essa área de conhecimento.


 Marcia de Oliveira Gomes, Bruna Maria Vasconcellos Trindade, Hylea de Camargo Vale Fernandes Lima e Karine Vieira Pereira, professoras do IBC, realizam o projeto de pesquisa independente intitulado “A produção de materiais didáticos de língua portuguesa para alunos com deficiência visual do ensino fundamental II”. Segundo as professoras, a pesquisa tem como objetivo “Produzir material didático especializado para o ensino de Língua Portuguesa a alunos do Ensino Fundamental II com deficiência visual”. O período previsto para a pesquisa no IBC é de janeiro de 2015 a março de 2018.

 “A audiodescrição como tecnologia em livro didático: um guia de orientação aos professores da educação básica” é a pesquisa elaborada por Lindiane Faria do Nascimento, aluna do curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão do Instituto de Biologia da UFF. Segundo a pesquisadora, esse projeto pretende “Desenvolver estudos visando à construção de um guia de apoio ao professor da educação básica para a realização de audiodescrição de imagens presentes em livros didáticos”. O período para a pesquisa no IBC é de setembro de 2015 a fevereiro de 2016.

 Vanessa de Abreu Carvalho Ferreira, aluna do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, desenvolve a pesquisa de sua dissertação de mestrado intitulada “Aprendendo a ser velho e deficiente visual”. Segundo a pesquisadora, o projeto pretende “Compreender, a partir do ponto de vista dos entrevistados, de que maneiras os

idosos entendem essa fase de suas vidas diante da perda visual”. O período previsto para a pesquisa no IBC é de setembro a novembro de 2015.

 “Design inclusivo: livro ilustrado multissensorial para crianças deficientes visuais e videntes” é a pesquisa independente elaborada por Aline de Souza Aride, aluna de Comunicação Visual da UFRJ. Segundo a pesquisadora, “O projeto tem como objetivo central a construção de um olhar sobre o deficiente a fim de que se entenda suas reais necessidades e se encoraje o convívio, a troca de experiências e o desenvolvimento de seu potencial criativo e cognitivo, através do estímulo de recursos multissensoriais. Defende-se, pois, a criação de um livro paradidático ilustrado acessível e interativo, regido sob o campo do design inclusivo, com ilustrações direcionadas para crianças videntes e deficientes visuais, através da exploração de texturas, de formas e de atributos sensoriais auditivos e olfativos para um pleno desenvolvimento de suas capacidades cognitivas”. O período previsto para a pesquisa no IBC é de setembro de 2015 a abril de 2016.

 Regina Kátia Cerqueira Ribeiro, Regina Lucia Silveira Martins e Ivan Finamore, professores do IBC, realizam o projeto de pesquisa independente intitulado “A inclusão pedagógica da família do deficiente visual no IBC”. “Essa pesquisa pretende investigar como a parceria entre escola e família através da inserção da família na escola pode contribuir no processo educativo de autonomia do aluno”. O período previsto para a pesquisa no IBC é de agosto de 2015 a setembro de 2016.

O QUE HÁ DE NOVO?

GDF vai multar bancos que não têm caixas eletrônicos para cegos

Terminal deve ter sinal tátil e entrada de áudio para deficientes visuais.

Descumprimento prevê advertência e multa de R\$ 50 para reincidentes.

O governo do Distrito Federal publicou um decreto que regulamenta a aplicação de multas a agências bancárias que não instalarem e mantiverem caixas eletrônicos adaptados para deficientes visuais. O texto prevê a imposição de advertência e a aplicação de multa diária de R\$ 50 para reincidentes que descumprirem a lei no prazo de cinco anos.

Os caixas devem conter sinalizações táteis e entrada de áudio para pessoas cegas ou com baixa visão. Instituições bancárias que forem advertidas vão receber uma notificação e terão dez dias para

apresentar defesa. As multadas terão o mesmo prazo para recorrer.

O PROCON é o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da medida. Segundo o Executivo, os valores das multas serão recolhidos ao Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor, destinados à realização de ações em prol dos consumidores. Denúncias sobre o descumprimento da lei podem ser feitas pelo telefone 151, nos postos de atendimento do PROCON e pelo aplicativo para smartphones PROCON DF.

Fonte: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/06/gdf-vai-multar-bancos-que-nao-tem-caixas-eletronicos-para-cegos.html>



Jovens de Londres criam versão do aplicativo Tinder para cegos

Em vez de selfies (fotos) com as melhores caras e bocas, são cliques de vozes caprichadas que descrevem personalidades. É este o foco do primeiro aplicativo de relacionamento para pessoas com deficiência visual produzido.

O "Tinder para cegos" ainda é um protótipo, mas já dá para ter uma ideia de como vai funcionar. Ao priorizar a voz em detrimento da imagem, ele ganha muitos pontos em matéria de acessibilidade.

Além disso, cada perfil tem direito a seis segundos de apresentação. Sempre que rolar um "match" (a combinação que acontece quando a pessoa que você curtiu também curte seu perfil) terá início uma conversa. Quanto mais esses usuários conversarem, mais tempo eles ganharão para enviar mensagens.

A iniciativa reuniu 20 jovens, alguns deles com deficiência visual, que

chegaram a quatro ideias. A equipe Tingle, que desenvolveu o aplicativo vencedor, disse no comunicado oficial pós-evento ter sido inspirada por um funcionário cego.

Fonte: http://www.vidamaislivre.com.br/noticias/noticia.php?id=10740&/jovens_de_londres_criam_versao_do_aplicativo_tinder_para_cegos

CONHECENDO O IBC

Departamento de Educação (DED), atualmente dirigido por Paulo Augusto da Costa Rodrigues é constituído de quatro divisões, cada qual com suas estruturas e atribuições bem definidas:

Divisão de Ensino (DEN);
Divisão de Assistência ao Educando (DAE);
Divisão de Atividades Culturais e de Lazer (DAL);
Divisão de Orientação Educacional, Fonoaudiológica e Psicológica (DOE);

Ao Departamento de Educação

compete coordenar, planejar, supervisionar e avaliar a execução das atividades nas diferentes áreas da escola, e especificamente:

I - Prestar assistência técnico-pedagógica a outras instituições e aos sistemas de ensino na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto;

II - Articular-se com instituições educacionais públicas ou privadas, com vistas à expansão de atividades técnico-educacional;

III - Participar do planejamento, supervisão e avaliação de estágios

e cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de atualização para docentes e pessoal que atuem ou que venham a desempenhar atividades em educação especial, na área da deficiência visual, em entidades ou nos sistemas de ensino.

IV- Promover a integração entre as suas diversas unidades.

Entre em contato com o DED pelo telefone (21) 3478-4447 ou (21) 99712-2837.

Se preferir, envie e-mail para ded@ibc.gov.br.

Fonte: <http://www.ibc.gov.br/?catid=129&blogid=1&itemid=76>

ESPAÇO DO LEITOR

Caro leitor, sua participação é muito importante. Envie suas sugestões ou divulgações para o nosso e-mail: boletimcesibc@gmail.com.

EXPEDIENTE

Direção Geral do Instituto Benjamin Constant
João Ricardo Melo Figueiredo

Gabinete do Instituto Benjamin Constant
Érica Deslandes Magno Oliveira

Departamento Técnico Especializado
Ana Luisa Mello de Araújo

Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação
Naiara Miranda Rust

Centro de Estudos e Pesquisas
Edney Dantas de Oliveira
Fábio Garcia Bernardo
Maria Rita Campello
Naiara Miranda Rust
Rachel Maria C. M. de Moraes

Comissão Editorial
Edney Dantas de Oliveira
Flávia Ferreira Pascoalino
Isabel Cristina Ribeiro de Mello
Morgana Ribeiro dos Santos
Vitor Alberto da Silva Marques
Wagner Dias Santos

Diagramação
Rodrigo Vieira Alves da Costa

Contatos: IBC-DDI
Avenida Pasteur, nº 350, Urca-RJ
Rio de Janeiro
CEP: 22290-240
tel. (21) 3478-4517

Email: ddicentrodeestudo@ibc.gov.br

Remetente:



Instituto Benjamin Constant

Avenida Pasteur, nº 350,
Urca-RJ
Rio de Janeiro
CEP: 22290-240

Destinatário:

